



VILAREALSTºANTONIO

1  
[Handwritten signature]  
[Handwritten initials]

## ATA Nº. 31/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal  
de Vila Real de Santo António, realizada no dia  
9 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, Luís Filipe Soromenho Gomes, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas e cinco minutos, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Manuel Lopes Rodrigues, Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira, David Matias Murta, Luís Miguel Cristo Salvador Salas e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- PLANO DE PORMENOR DO PASSEIO DE SANTO ANTÓNIO;
- ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO CEMITÉRIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (APPZCVRSA);
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RENOVAÇÃO 2015;
- APLICAÇÃO DO COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE ARRENDAMENTO URBANO;



2

- AUTORIZAÇÃO, LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 2 DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; B
- AUTORIZAÇÃO, LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 37 DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 1/70 EM NOME DE “ALDEAMENTO TURÍSTICO DO MONTE FINO, LDA.”;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA D. PEDRO V, N.º 75/A, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - FERNANDO JOAQUIM GONÇALVES;
- INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO;
- INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS NAS ÁREAS DO DESPORTO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DOS ALUNOS INSERIDOS NO PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO;
- MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA DA COMPONENTE VOCACIONAL;
- CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2016;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador João Filipe de Brito Sol Pereira, por se encontrar em gozo de férias, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta, tendo sido substituído pela Sra. Vereadora Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira.

D

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 7 de dezembro de 2015, apresentando um saldo de 1.576.906,27 € (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil novecentos e seis euros e vinte e sete cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador José Cruz referiu que a Câmara Municipal de Loulé suspendeu a cobrança dos parquímetros por entender que é benéfico para o pequeno comércio, em especial o do centro histórico.

O Sr. Vereador David Murta lamentou a forma como os Srs. Vereadores do Partido Socialista foram tratados relativamente à situação dos pedidos de esclarecimentos quanto ao início dos parquímetros. Referiu que questionaram várias vezes na reunião de Câmara sobre a data de início do funcionamento e obtiveram a resposta do Executivo com uma cópia do Diário da República que referia que o estacionamento já estava em vigor. Mencionou ainda que falou com alguns comerciantes e lhe indicaram que as bancas localizadas na Aldeia de Natal deviam ser distribuídas ao longo de outras ruas da Praça Marquês de Pombal.

O Sr. Presidente disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tavira prometeu retirar o estacionamento mas apenas o suspendeu, tendo voltado a dar início ao procedimento, pois os comerciantes solicitaram que houvesse estacionamento pago. Referiu que a Câmara Municipal tem informação sobre o impacto que os parquímetros estão a ter e aludiu que há comerciantes que contestavam o estacionamento que hoje estão a favor, quer pela rotatividade que os parquímetros permitiram, quer pelas bolsas de estacionamento que foram criadas. No que se refere à questão levantada sobre as bancas, o Sr. Presidente disse que os artesãos não querem ir para as paralelas da Praça Marquês de Pombal e os comerciantes não querem as bancas em frente aos seus estabelecimentos.



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

A

#### PLANO DE PORMENOR DO PASSEIO DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Presidente esclareceu que o anterior Plano foi suspenso pela crise que afetou o setor imobiliário. Referiu ainda que hoje é possível haver planos de pormenor para as áreas de reabilitação urbana, daí que a Câmara Municipal tenha optado por esta estratégia.

O Sr. Vereador David Murta pediu um ponto de situação sobre a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e disse que para o Partido Socialista o Município deve optar não por planos de pormenor avulsos mas sim por rever definitivamente o PDM, concentrando todos os esforços nisso. Ainda sobre este ponto, o Sr. Vereador formulou as seguintes questões: quais são as grandes linhas orientadoras da proposta; quais as alterações relativamente à primeira versão do plano e se o Executivo estudou as condições de financiamento público e privado a médio prazo e próximos dez anos, para o desenvolvimento deste Plano. Finalmente, perguntou se a proposta continua a ser “megalómana”, tal como a do projeto do Sr. Arquiteto Ricardo Boffil.

O Sr. Vereador José Cruz disse que vê com muita preocupação os investimentos luxuosos, pois não quer imaginar uma zona ribeirinha destinada apenas aos turistas, não podendo os residentes do Concelho ter capacidade económica para utilizar esses serviços.

O Sr. Presidente referiu que coabitarão espaços públicos e privados, pelo que a população terá acesso às zonas ribeirinhas.

151

D

O Sr. Vereador José Cruz alertou para o fecho do espaço público causado pela NAUTIBER, na zona sul de Vila Real de Santo António, tendo referido que o mesmo não deverá acontecer com esta alteração ao Plano de Pormenor. Mencionou que cada vez há mais empresas a localizar-se na zona sul da Cidade, pelo que as deslocalizações das empresas terão um custo cada vez mais elevado. Comunicou que a posição de voto não é contra o que está no Plano mas sim pela necessidade urgente de se implementar uma estratégia estruturante, que só pode ser refletida através do PDM.

O Sr. Presidente referiu que parece haver pouca coerência no argumento da CDU, pois recentemente o Sr. Vereador votou contra a aprovação do PDM e também não votou favoravelmente na proposta de alteração.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a Coligação Democrática Unitária (CDU) tem uma estratégia diferente para este tipo de Planos e alertou para os compromissos assumidos pela Câmara Municipal para o espaço da Empresa Litográfica do Sul. Referiu também que se este Plano estivesse em consonância com o PDM a posição de voto da CDU seria diferente. Mencionou ainda que a CDU vê pontos positivos neste Plano mas esclareceu que enquanto não houver PDM a posição de voto da CDU não se altera. Finalmente disse que a Coligação vê com muita preocupação os investimentos luxuosos, pois não quer imaginar uma zona ribeirinha destinada apenas aos turistas, podendo os residentes do Concelho não ter capacidade económica para utilizar esses serviços.

O Sr. Presidente disse que há outras figuras jurídicas para além do PDM para se implementar estratégias concelhias. Mencionou que em tempos a CDU defendia planos de pormenor mas agora está contra. Esclareceu que a Câmara Municipal não vai financiar espaços privados e serão estes que farão os investimentos, beneficiando a Câmara Municipal, quer da cobrança das taxas urbanísticas, quer das taxas do Imposto Municipal sobre os Imóveis.



= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a elaboração do Plano de Pormenor do Passeio de Santo António, em conformidade com o n.º1, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com base nos Termos de Referência em anexo (Anexo I), publicar o teor desta deliberação de Câmara sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, estabelecendo os respetivos prazos de elaboração e o período de participação a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei anteriormente referido, e solicitar à CCDR-ALG parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do n.º3 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Senhores Vereadores David Murta e Luís Salas foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.

#### **ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO CEMITÉRIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (APPZCVRSA).**

O Sr. Presidente esclareceu que não há alterações de volumetria, mas sim modificações dos espaços para ir ao encontro da história do Concelho, nomeadamente com a criação do museu.

4  
—

O Sr. Vereador David Murta repetiu o mencionado no ponto anterior e disse que embora o Partido Socialista não discorde da elaboração de planos de pormenor para casos pontuais, o que está em causa é definir uma estratégia política clara para o futuro, pelo que é imperioso aprovar a revisão do PDM. Solicitou que se salvaguardasse o acesso dos residentes às zonas ribeirinhas, pois já há muitas zonas junto ao mar inacessíveis para a população, e referiu que é bom que exista um museu e que se reduza o número de pisos previstos na primeira versão do plano.

O Sr. Vereador José Cruz disse que tem havido muitos projetos fantasiosos, que por esse motivo nunca foram concretizados.

O Sr. Vereador David Murta disse que concorda com a reconversão da zona, mas que projetos tipos do arquiteto Ricardo Bofill foram uma verdadeira fantasia, e que face às condições económicas do País nunca poderiam ser executados.

Sobre os projetos fantasiosos, o Sr. Presidente respondeu dizendo que houve investidores interessados, tendo sido a banca que falhou com os apoios devido à crise que se atravessou. Mencionou que lhe parece pouco correta a posição de voto do Partido Socialista, pois refere que concorda com o investimento mas não vota a favor da proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser desencadeado o procedimento de Alteração do Plano de Pormenor da Zona do Cemitério de Vila Real de Santo António, em conformidade com as disposições constantes no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nos Termos de Referência em anexo, publicar o teor desta deliberação de Câmara sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, estabelecendo os respetivos prazos de elaboração e o período de participação a que se

refere o n.º 2, do artigo 88.º, do Decreto-Lei mencionado, e comunicar à CCDR-ALG que, em entendimento da Câmara Municipal, esta alteração dispensa os trabalhos referentes à avaliação ambiental estratégica, mapa e plano municipal de redução de ruído, nos termos e efeitos do n.º 2, do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelos Senhores Vereadores David Murta e Luís Salas foi apresentada uma declaração de voto, documento que fica apenso à ata.


#### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

O Sr. Presidente disse que o Partido Socialista devia ser mais solidário com as antigas posições e decisões dos autarcas, alertando que o dever de ajuda e de solidariedade são importantes. Aludiu que deve haver solidariedade institucional com quem liderou os destinos do Concelho.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que a CDU não concorda com a apreciação feita por quem propôs a demolição do edifício Águia Peixe.

O Sr. Presidente mencionou que a IGAT queixou-se da densidade do edifício e o Tribunal decidiu favoravelmente sobre a queixa apresentada.




O Sr. Vereador David Murta disse que o sentido de voto do Partido Socialista se deve ao facto do mesmo entender que, neste tipo de propostas, embora se possa recorrer ao ajuste direto a uma entidade, devem consultar-se, pelo menos, três empresas. 

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 13 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica, para acompanhamentos dos processos nº 570/07.2BELLE (Sociedade Turística Vasco da Gama) e 259/05.7BELLE (Águia Peixe), com a entidade PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Ass., Sociedade de Advogados, RL, e, por se tratar de um procedimento que se enquadra na autorização prévia de realização de Compromissos Plurianuais, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviço, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

**PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - RENOVAÇÃO 2015.**

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU vota contra as prestações de serviço, pois entende que devem ser contratados trabalhadores para a Câmara Municipal e não prestadores de serviço.



O Sr. Presidente explicou que os juristas da Câmara Municipal não podem defender a Câmara Municipal em Tribunal, daí se efetuar esta prestação de serviços à Sra. Dra. Isabel Santos, que há muitos anos defende a Câmara Municipal neste tipo de processos. 

O Sr. Vereador José Cruz disse que ficava esclarecido, pelo que a posição de voto da CDU em futuras situações poderia ser diferente.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadoras David Murta e Luís Salas e com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 13 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para a renovação do contrato de prestação de serviços de apoio jurídico ao Município de Vila Real de Santo António, pelo período de um ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 12/2014, de 23 de junho de 2014, com a entidade Isabel Pires Cruz Santos, e, por se tratar de um procedimento que se enquadra na autorização prévia de realização de Compromissos Plurianuais, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

11  
D

## APLICAÇÃO DO COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE ARRENDAMENTO URBANO.

H

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a aplicação do Coeficiente de Atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano para vigorar no ano civil de 2016, sendo de 1.0016 a todos os contratos em vigor nos imóveis propriedade do Município, com exceção dos contratos de arrendamento efetuados há menos de um ano, bem como nos contratos celebrados em momento anterior à entrada em vigor no NRAU, constante do Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## AUTORIZAÇÃO, LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 2 DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado que a firma JÚLIO L. PEREIRA, HERDEIRO DE EMILIANO F. PEREIRA & OUTROS, LDA., com o NIPC 505933462, proceda à alienação do Lote n.º 2 do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António, a favor de METALÚRGICA VILANAVE, LDA., não exercendo este Município o respetivo direito de preferência, e que se proceda ao levantamento do ónus de inalienabilidade, com fundamento no teor da informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

12

AUTORIZAÇÃO, LEVANTAMENTO DO ÔNUS DE INALIENABILIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL CORRESPONDENTE AO LOTE 37 DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado que Valter Olavo dos Santos Ramos proceda à alienação do Lote n.º 37 do loteamento Industrial de Vila Real de Santo António, a favor de Direscape, Lda., não exercendo este Município o respetivo direito de preferência, e que se proceda ao levantamento do ónus de inalienabilidade, com fundamento no teor da informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 1/70 EM NOME DE “ALDEAMENTO TURÍSTICO DO MONTE FINO, LDA.”.

O Sr. Vereador David Murta questionou por que motivo aparece este pedido pontual de desafetação, e não se resolve de uma só vez todas as situações semelhantes no mencionado aldeamento.



O Sr. Presidente explicou que há habitações que estão localizadas em zona de domínio público municipal e vão-se resolvendo caso a caso, tendo em conta os pedidos apresentados pelos moradores.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 21,90m<sup>2</sup>, a fim de ser anexada ao Lote C-15, de acordo com as plantas e a informação da Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

**DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA D. PEDRO V, N.º 75/A, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - FERNANDO JOAQUIM GONÇALVES.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação da fração autónoma, designada pela letra A, do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 5889, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 59,925 m<sup>2</sup> e a área total de 150 m<sup>2</sup>, destinado a comércio, localizado na Rua D. Pedro V, n.º 75/A, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



## INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO.

B

O Sr. Vereador José Cruz questionou sobre o propósito do Executivo para esta proposta de alteração.

O Sr. Presidente explicou que trata-se de adaptar o regulamento atual do Parque à legislação que saiu sobre a tipologia da infraestrutura, bem como adaptá-lo a alterações internas que se foram produzindo.

O Sr. Vereador David Murta questionou se no documento vão estar incorporadas as sugestões dadas pelo Partido Socialista numa reunião anterior, fruto de uma visita à infraestrutura.

O Sr. Presidente respondeu que sim.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o início do procedimento para a alteração do Regulamento do Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 111, datado de 11 de junho de 2007, através do Edital n.º 493/2007, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção, por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a alteração do referido regulamento, por um período de 10 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação, documento que constitui parte integrante da presente ata.

INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz questionou sobre o propósito do Executivo para esta proposta de alteração.

O Sr. Presidente explicou que trata-se de adaptar o regulamento atual dos Mercados Municipais à legislação que saiu sobre a tipologia da infraestrutura, bem como adaptá-lo a alterações internas que se foram produzindo com o passar dos anos.

O Sr. Vereador David Murta questionou se no documento vão estar incorporadas as sugestões dadas pelo Partido Socialista numa reunião anterior, fruto da visita efetuada aos Mercados Municipais do Concelho.

O Sr. Presidente respondeu que sim.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o início do procedimento para a alteração do Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Vila Real de Santo António, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 239, datado de 11 de dezembro de 2009, através do Regulamento n.º 492/2009, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção, por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a alteração do referido regulamento, por um período de 10 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação, documento que constitui parte integrante da presente ata.



16

MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS NAS ÁREAS DO DESPORTO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DOS ALUNOS INSERIDOS NO PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovadas as Minutas de Protocolo de Colaboração para a realização de atividades práticas nas áreas do desporto e manutenção dos espaços verdes dos alunos inseridos no Programa Integrado de Educação e Formação, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA DA COMPONENTE VOCACIONAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem aprovadas as Minutas de Protocolo de Colaboração para a realização da formação prática da componente vocacional dos alunos Ana Catarina dos Anjos Fernandes, José Eduardo Iglésias, Tânia Filipa Rosa Reis e Sara Isabel Gomes Lopes, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



## CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS PARA O ANO DE 2016.

O Sr. Vereador José Cruz sugeriu que efetuar as reuniões de Câmara em Monte Gordo e em Vila Nova de Cacela implica deslocar uma grande estrutura, com custos acrescidos, pelo que questionou sobre uma solução diferente.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que se a decisão fosse unânime entre as três forças políticas, não via qualquer inconveniente.

Analisado o assunto, foi decidido que as reuniões de Câmara passarão a decorrer em Vila Real de Santo António, ficando aberta a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias nas freguesias de Monte Gordo e Vila Nova de Cacela, sempre que a câmara municipal o entender por necessário.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o calendário das reuniões ordinárias da câmara municipal para o ano de 2016, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – BARBARA ANN MOUNTFORD.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA DO ROSÁRIO LOIOS SUSANO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA CLARA FRANÇA DOS SANTOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CÉLIA MARIA GOUVEIA LEIRIA MARTINS.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA EUGÉNIA S. H. CORREIA SOARES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA DA GRAÇA CORREIA CASTANHEIRA NOBRE.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA DE JESUS CARVALHO ROSA REIS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CLÁUDIA GONÇALVES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:



Não se registaram intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e dez minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

  
-----  
-----